

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Uma ação educativa para além dos muros da escola

Naiara de Araújo de Sotero
Shirley Maria da Cunha Fontenele
Acadêmicas do curso de Pedagogia
Universidade Federal do Piauí- UFPI

RESUMO:

Neste artigo pretendemos identificar quais práticas pedagógicas estão sendo desenvolvidas atualmente no Ensino de História, direcionadas a Educação Patrimonial. Com o intuito de analisar a contribuição dos espaços não formais para produção de conhecimento e para a construção da memória histórico-educativa dos sujeitos que vá além dos muros da escola. Como também, fomentar a valorização e conscientização dos Patrimônios Histórico-Culturais no processo de construção da Identidade Cultural dos alunos da rede pública de Parnaíba-PI. As análises apresentadas foram feitas durante o estudo de caso na disciplina de Didática da História, realizamos nossa pesquisa do tipo qualitativa, em que aplicamos questionários a fim de observarmos tanto a perspectiva quanto a prática pedagógica dos professores em relação a temática. As práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino de história são permeadas pela perspectiva positivista do ensino, dessa forma, quanto mais cedo acontecer à parceria entre escolas e espaço não formais que trabalhem a Educação Patrimonial e que valorizem a história e o contexto histórico dos alunos, esta estará indubitavelmente contribuindo para uma formação histórico crítico dos educandos.

PALAVRAS CHAVES: Educação Patrimonial, Espaços não formais, Identidade Cultural.

1. INTRODUÇÃO

A apropriação consciente de que a cada dia estamos construindo História e que de nós dependem os rumos dos acontecimentos, é imprescindível para que, enquanto sujeitos históricos nos reconheçamos como tal, e nos desprendamos da concepção positivista de história que privilegia apenas os grandes acontecimentos e grandes heróis. Desta feita, intencionamos observar o modelo oficialmente estabelecido e compreender as relações sociais, políticas e culturais que permearam concomitantemente a trajetória da História e trouxeram a tona novas análises sobre a mesma.

Diante dessa perspectiva, pretendemos neste texto identificar quais práticas pedagógicas estão sendo desenvolvidas atualmente no Ensino de História, direcionadas a Educação Patrimonial. O intuito é analisar qual a contribuição dos espaços não formais para produção de conhecimento e para a memória histórico-educativa dos sujeitos, a fim de proporcionar situações de ensino aprendizagem significativas que estimulem o pensamento crítico, emancipador e criador de uma Identidade Cultural¹.

Entretanto, para compreendermos esses contextos educativos destacaremos o significado de Patrimônio e Educação Patrimonial, o papel das instituições escolares para formalização dessa temática e o acervo oferecido pela cidade de Parnaíba/PI para o acesso a esses espaços ricos em diversidade cultural.

No âmbito dessas discussões nos propomos a refletir sobre a finalidade educativa que perpassa os caminhos da Educação Patrimonial e suas implicações para a concepção de História. Para isso questionamos se os espaços não formais assim como a escola principal veiculadora formal de conhecimento, têm função educativa? Qual seria a importância desses espaços para a construção da Identidade Cultural dos alunos? De que forma utilizar os lugares de memória² na proposta pedagógica da escola? Como conscientizar os alunos para a preservação desses espaços?

Objetivamos chamar atenção para a produção de conhecimento no Ensino de História; vinculada aos espaços de memória; ampliando o repertório cultural dos alunos através da Educação Patrimonial. A ideia é questionar sobre a História oculta que perpassa esses espaços e verificar como acontece esse reconhecimento dos lugares de memória como sendo seu, de sua identidade cultural, para que em seguida haja a valorização para a preservação.

Abordaremos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), como fonte de pesquisa para identificarmos a sua proposta no que diz respeito aos Patrimônios Históricos, no intuito de estabelecer um diálogo entre as observações feitas no campo e os critérios apresentados nos parâmetros. Além de contribuições de autores como Bittencourt (2009), Beruti e Marques (2009), entre outros.

Partindo desses pressupostos e objetivos, realizamos nossa pesquisa do tipo qualitativa, utilizando elementos analíticos, a partir dos quais levantaremos hipóteses privilegiando, inicialmente, a importância dos Patrimônios Histórico-Culturais enquanto centros de conhecimento fora dos muros da escola. Elencamos neste primeiro momento como locus de nossa pesquisa a escola - principal espaço educativo, em que aplicamos questionários a fim de observarmos tanto a perspectiva quanto a prática pedagógica em utilizar esses

¹ Identidade Cultural: é tudo aquilo que pode identificar ou diferenciar um homem, uma mulher, um grupo social, político, étnico, religioso etc. Em relação a outro. O termo Identidade é relacionado à cultura, pois também revela as ações do homem para viver em sociedade ao longo da História.

² Lugares de Memória: é o próprio meio ambiente, as praças, monumentos e edifícios públicos e privados de uma localidade. Esses lugares podem ser considerados parte do patrimônio cultural de um determinado grupo quando, de alguma forma, ajudam a formar a sua identidade por fazerem parte de sua memória.

espaços culturais como fontes de conhecimentos pelos professores das redes públicas de Parnaíba/PI, para confirmarmos e adquirirmos dados relacionados ao tema.

Essa pesquisa foi realizada na escola pública F.R.M. da rede municipal de Parnaíba/PI, cujo empenho foi buscar dados relativos à temática “Educação Patrimonial” que se seguiu como um estudo de caso, suscitado a partir de nossas indagações sobre as duas faces que envolvem a finalidade da Educação Patrimonial no Ensino de História. Referimo-nos aqui tanto aos aspectos relevantes ao saber historicamente acumulado, quanto à perspectiva crítica que esse mesmo saber pode produzir entre os alunos. A priori encontramos na escola F.R.M. características de uma prática positivista do Ensino de História em geral. No que concerne a Educação Patrimonial percebemos a preocupação da escola em desenvolver projetos relacionados à temática e em proporcionar uma ação educativa em espaços não formais.

2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA FORMAÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA

Nossas reflexões constituem-se no âmbito do processo de produção do conhecimento histórico, em suas implicações para a prática pedagógica que permeia hoje o ensino de história e a contribuição da Educação Patrimonial- memória histórico-educativa - na formação histórico-crítica do aluno em espaços não formais.

Começaremos esclarecendo às diferentes perspectivas de conceber História, assim, a concepção positivista, segundo Beruti e Marques observaram enfatiza que:

Os “fatos históricos” que demarcam os períodos [...] refletem uma concepção de História que privilegia os feitos dos “grandes heróis” e busca a imposição de uma determinada visão da história [...] Tal concepção, que muitas vezes permeia os textos didáticos, reproduz uma história de matriz positivista, factualista, narrativa, político-institucional e de exaltação a “figura de proa” de nossa História, os ditos personagens históricos, que protagonizam os fatos históricos, formadores da mentalidade oficial. (2009, p.87)

Então, à luz dessa concepção, a História apresenta os acontecimentos sem reflexões e questionamentos acerca dos fatos, sua narrativa é objetiva e neutra. Nós enquanto sujeitos históricos velados nos documentos oficiais da História escrita, fomos percebidos como integrantes dessa História a partir da insatisfação de alguns estudiosos com essa maneira de compreendê-la, surge então o Materialismo Histórico de Karl Marx e Friedrich Engels que propõe uma nova periodização da História [...] “e que destaca as condições

materiais de existência e as relações estabelecidas entre homens no processo produtivo”. (BERUTI; MARQUES, 2009, p.40).

Nos idos da década de 20 surge uma nova corrente historiográfica a “Escola dos *Annales*” que ampliou os campos de pesquisa, o conceito de tempo histórico [...] abrangendo aspectos da vida social – como civilização material, poder e mentalidades coletivas (Idem, 2009, p.43). Esta considera que as fontes históricas vão além da escrita, portanto, atribuem valor a toda forma de expressão legadas da subjetividade dos sujeitos. Podemos citar nessa perspectiva, a história oral, uma vez que reafirma essa concepção dando ênfase às memórias orais, tão bem exploradas pela historiadora Eclea Bosi. Para Lemos, essas memórias orais “privilegiam a fala dos que não escrevem, não leem, mas pensam e sentem um mundo que lhes é próprio”. (2002, p.4)

Ao esclarecer a finalidade das mencionadas concepções de História, queremos enfatizar a característica ideológica que cada corrente traz para a ideia que temos hoje sobre o Ensino de História, seja nos espaços formais como nos espaços não-formais. De acordo com a pesquisadora Jacobucci: “O espaço formal é o espaço escolar, que está relacionado às Instituições Escolares, definidas na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É a escola, com todas as suas dependências, salas de aula, laboratórios, quadras de esportes, biblioteca, pátio, cantina, refeitório”. (2008, p.56)

Em relação ao espaço não formal (idem, 2008) considera aquele que tem uma relação com instituições que não cumprem o ritual da educação formal e com aqueles espaços conhecidos como não institucionais. Neste último pretendemos questionar qual o papel da Educação Patrimonial para uma educação significativa e formadora de sujeitos críticos. Para isso é necessário entender o significado de Patrimônio:

A palavra patrimônio é de origem latina, derivada de *pater*, que significa *pai*, num sentido mais social do que a simples referência à paternidade física. É como o conjunto de bens pertencentes ao *pater*, utilizada no sentido de herança, legado, isto é, aquilo que o *pai* deixa para os filhos, assim, patrimônio é o conjunto de bens de uma instituição, empresa, associação ou de pessoas. (PAIM, p. 90, 2010)

Portanto, apreender o sentido de patrimônio é o primeiro passo para ampliar a sua relevância educacional para as aulas de história, uma vez que contempla as mais diversas formas de expressão cultural e guarda legados relevantes de nossa Identidade Nacional.

Nesse sentido nosso estudo visa entender o Patrimônio histórico-cultural de forma global analisando todas as suas formas de expressão e negando a perpetuação ou veiculação

de uma única cultura, temos a pretensão de ir além dessa perspectiva quando defendemos a função do pluralismo cultural na ação educativa. Para tanto é necessário que os docentes adotem em sua prática pedagógica a Educação Patrimonial como uma educação que não legitime apenas os grandes acontecimentos históricos, mas que considere as contradições que emergem da realidade no processo de construção histórica, favorecendo novas leituras que contribuam para formação de um aluno consciente de seu papel enquanto sujeito histórico. Tendo em vista que para o IPHAN (1999):

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos. Quanto mais o país cresce e se educa, mais cresce e se diversifica o patrimônio cultural. O patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos nós, brasileiros.

A Educação Patrimonial segundo Moraes (2004) surge então na década de 1980, diante a necessidade de incentivo a práticas de valorização e preservação dos bens culturais. O órgão federal responsável pelo tombamento- proteção desses bens culturais- é denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional). A cidade de Parnaíba apesar de atrasada no que se refere a investimentos nessa área cultural, guarda em seu Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico elementos significativos da memória histórica de nossa cidade, que foram recentemente (ano de 2010) reconhecidos como Patrimônio Nacional. Nesse sentido:

[...] o tombamento permitirá que se valorizem elementos significativos do patrimônio cultural, o que poderá projetar a cidade em nível nacional, destacando-a no contexto histórico de ocupação do Nordeste brasileiro, contribuindo sobremaneira, para um desenvolvimento sustentável a partir da valorização de sua própria história, memória e cultura. (PINHEIRO e outros, 2010, p.27).

Esse tombamento representa um avanço quando nos referimos a uma perspectiva educacional que é o nosso interesse de pesquisa. Uma vez que através desses lugares de memória, é possível desenvolver os mais diversos conteúdos de forma interdisciplinar, a partir da história e cultura dessa região. Com isso, a Educação Patrimonial irá fomentar nas escolas uma prática pedagógica voltada para a construção da Identidade Cultural dos seus alunos. Em que consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), como um dos principais objetivos

do ensino de história a construção da noção de identidade, no que se refere à formação de identidade individual, coletiva, social e por conseguinte nacionais.

É evidente que quando nos referimos a uma ação pedagógica a ser desenvolvida nesses espaços não formais, estamos propondo um olhar pedagógico sobre o mesmo, que instigue os profissionais da educação a fazer uma leitura global desses lugares de memória, a fim de contemplar a ideia de processo histórico como uma construção coletiva entre seres humanos.

3. POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM ATRÁVES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A escola é um espaço formal de construção do conhecimento, entretanto, existem outros espaços chamados não formais que também exalam conhecimento. Desse modo, percebemos os Patrimônios Histórico-Culturais como espaços não formais de aprendizagem, por desenvolver através da Educação Patrimonial uma ação educativa. Uma vez que, o ensino de história veiculado hoje nas escolas, ainda legitima uma história narrativa que nada questiona e tem caráter positivista sobre esse processo, sem levar em consideração as contradições advindas de qualquer espaço em que coexistam seres humanos. Bittencourt (2009) reflete sobre essa Educação Patrimonial centrada no pluralismo cultural.

O compromisso do setor educacional articula-se a uma Educação Patrimonial para as atuais e futuras gerações, centrada no pluralismo cultural. Educação que não vise apenas evocar fatos históricos “notáveis”, de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas também concorrer para a rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional [...] O compromisso educacional orienta-se por objetivos associados à pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas e deve estar inserido no currículo real em todos os níveis de ensino. (p.278)

A fim de analisarmos mais de perto essas concepções e práticas relacionadas à Educação Patrimonial no que se refere à valorização da diversidade cultural, aplicamos questionários com as professoras do Ensino Fundamental (1ºano ao 5ºano) na Escola Pública F. R. M. de Parnaíba-PI.

Quando questionadas sobre essa forma diferenciada de educar através desses espaços de memória, afirmaram ser: “uma forma de aprendizagem importante para aquisição

de conhecimento, por reconhecer que o conhecimento vai além do ambiente escolar, e ultrapassar os muros da escola” além de ressaltarem “que todas as formas de contextualizar o ensino são válidas”, “Essas práticas motivam e despertam o interesse dos alunos para conhecerem a história dos lugares da sua cidade, estado, país”³.

Acreditamos que o maior desafio é fazer com que essas visitas tenham uma intencionalidade pedagógica real, e faça alunos, professores, comunidade refletirem a cerca do legado histórico desses locais denominados Patrimônios Históricos Culturais que devem ser percebidos sob uma ótica crítica da realidade e vá além da simples leitura superficial. A questão é: qual memória vem sendo afirmada: esta imposta pelo positivismo histórico ou a memória que vai além desta perspectiva, e que considera como todas as formas de culturas existentes.

As professoras entendem os Patrimônios Histórico-Culturais como o conjunto de bens materiais e imateriais⁴ que contam a história de um povo e suas relações de classe, como também é o legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras, vez que o objetivo de conhecer essa temática possui um caráter social, de conscientização e valorização dos mesmos. As docentes também acreditam que nos espaços de memória possa acontecer a interdisciplinaridade, visto que possibilita a interação com outras disciplinas do currículo não se restringindo apenas a disciplina de história. “O pensar e o agir interdisciplinar se apoiam no principio de que nenhuma fonte de conhecimento é, em si mesma, completa e de que, pelo diálogo com outras formas de conhecimento, de maneira as interpenetrarem, surgem novos desdobramentos na compreensão da realidade e sua representação”. (FAZENDA, 1979; LUCK, 2010, p. 46)

Desse modo, para se trabalhar com Educação Patrimonial dentro e fora da escola as professoras questionadas, acreditam ser necessário planejar com antecedência as visitas a esses locais, conhecer e delimitar o que se quer pesquisar, para que não ocorram visitas apenas como passeios extraescolar sem significado pedagógico. Contudo, apesar de ser apontado pelas professoras como momentos de conhecimento e aprendizagem podemos perceber que nem sempre é conseguido obter esse resultado, vez que, questionados os alunos que participaram desse tipo de visitas a esses espaços de memória, não é lembrado e notado como o momento de conhecimento e sim como um passeio, onde são lembrados apenas

³ Informações Coletadas através de questionários aplicados às professoras do Ensino Fundamental de uma Escola Pública de Parnaíba-PI, em 08/10/2011.

⁴Bens Materiais: são os bens móveis e imóveis, como quadros, livros, esculturas, edifícios, conjuntos urbanos, artefatos arqueológicos etc. Bens Imateriais: são as formas de expressão, as técnicas, as lendas, as tradições, a culinária, que são transmitidas de geração a geração.

momentos de diversão. Além disso, é apontada como dificuldade encontrada à efetivação dessa proposta pedagógica a falta de transporte para o deslocamento dos alunos.

No entanto, a ida a esses locais de memória deve partir da realidade dos alunos, de algo que desperte o interesse para entender a sociedade em que vive, por que de nada adiantaria realizar essas atividades sem uma intenção pedagógica. O ambiente social estimula o desenvolvimento espaço-temporal, portanto, aborda as relações dialéticas existentes na sociedade quando se refere a realidades próximas e complexas. (RIBEIRO, 2001, p. 91). Partir dos alunos, a ideia de conhecer sua história foi um momento prazeroso de nossa pesquisa, os alunos se questionavam quantos anos a cidade de Parnaíba-PI iria completar, e surgiram varias hipóteses, onde foram confirmadas durante a coleta de dados sugerida pela professora sobre a história da cidade. O educador Celeste Freinet considerava “como uma das bases para o seu método o estudo da realidade próxima do aluno”.

Além de enriquecer e deixar mais atraente as aulas de história, a busca de conhecimento em outros espaços oferece outras oportunidades de momentos de pesquisa como levantamentos de hipóteses, debates, ajudando os alunos a formar suas análises no reconhecimento de sujeito histórico. Diante disso, enquanto mais cedo acontecer à parceria entre escolas e espaço não formais que trabalhem a Educação Patrimonial e que valorizem a história e o contexto histórico dos alunos, esta estará indubitavelmente contribuindo para uma formação histórico crítico dos educandos.

A escola tradicionalmente evidencia em seus livros didáticos uma visão em que se encontra apenas a história das elites, assim, partindo desse contexto educacional queremos enfatizar as outras histórias - aquelas veladas e ignoradas por uma concepção e postura alienante desses momentos históricos. De acordo com os PCNs:

Muitas vezes no ensino fundamental, em particular na escola primária, a História tem permanecido distante dos interesses do aluno, presa às fórmulas prontas do discurso dos livros didáticos ou relegada a práticas esporádicas determinadas pelo calendário cívico. Reafirmar sua importância no currículo não se prende somente a uma preocupação com a identidade nacional, mas, sobretudo no que a disciplina pode dar como contribuição específica ao desenvolvimento dos alunos como sujeitos conscientes, capazes de entender a História como conhecimento, como experiência e prática de cidadania. (1997, p.30)

Queremos abrir espaço para refletirmos o quanto o ensino de história tem sido atrelado às práticas positivistas; muitos professores se submetem a ensinar conteúdos distantes de seus alunos, fazendo-os reviver datas que negligenciam muitas vezes o real significado das mesmas, ao afirmar isso, não queremos tirar o peso histórico desses momentos

cívicos para nossa história, mas atrelá-los a atividades que tenham significado pedagógico para os alunos. É satisfatório diante a essa crítica, perceber que existem docentes subvertendo essa regra ou vício escolar, realizando um trabalho diferente e tendo bons resultados, pois enquanto a minoria tenta, a grande massa acaba sendo engolida pela prática positivista.

Percebemos uma prática pautada no comodismo e no conformismo, os professores se acomodam facilmente a morosidade do Sistema Educacional e pouco fazem para subverter essa situação, nós temos consciência de que fazer parte do contexto de uma escola pública não é fácil, todos os dias temos o desafio de sobreviver dentro de um sistema que historicamente precariza o trabalho docente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os aspectos ressaltados ao longo desse estudo têm a intenção de fazer com que tanto os alunos, quanto os professores e a escola tenham a Educação Patrimonial como uma aliada do ensino em espaços não formais. Neste âmbito, elaboramos algumas ideias que esclarecem as possibilidades e limites de se desenvolver um trabalho educativo, que foca o Patrimônio Histórico Cultural e a construção da Identidade de cada um como parte de uma teia de histórias coletivas.

Entretanto, compreender o que está subtendido nessa proposta requer sensibilidade, profissionalismo e principalmente compromisso educativo com a leitura feita dos lugares de memória, para que não se caia na tradicional e parcial leitura da história narrativa. Entender os rumos da História é perceber que somos parte dela, é compreender que existem interesses políticos, econômicos, sociais e culturais que influenciam esse caminho, fragmentando o que é ou não interessante contar para os nossos alunos. Para alguns falar de preservação do patrimônio é está potencializando o papel das elites no processo histórico. Para Beruti e Marques:

A habilidade de trabalhar com fontes históricas além de ter um lugar fundamental na construção da memória histórica, permitem o desenvolvimento do raciocínio histórico dos alunos a partir do estímulo da capacidade de formular problemas, de levantar questões, de elaborar hipóteses susceptíveis de serem demonstradas, além de desenvolver habilidades de observação, identificação, comparação e percepção de relações. (2009, p.151)

Ir além do que está supostamente determinado nas práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino de história, é o grande desafio percebido hoje na escola F.R.M. da

rede pública de Parnaíba. Não estando muito distante das Escolas Elementares, também chamadas de Escolas Primárias, onde seus ensinamentos se reduziam ao poder da Igreja Católica em transformar seus mártires em grandes heróis do século XIX, vez que seu método para o ensino de história era a memorização, em que era a única capacidade exigida dos alunos para aprender. “Aprender história significava saber de cor nomes e fatos com suas datas, repetindo exatamente o que estava escrito no livro ou copiando nos cadernos” (BITTENCOUR, p. 67, 2009). No entanto a memória deve ter uma relação profunda com o ensinar e aprender história, umas delas seria valorizar o ambiente da comunidade local, um exemplo de preservação e construção da memória histórica educativa dos alunos.

O essencial é desconstruir a perspectiva etnocêntrica e elitista que se alimenta sobre a valorização do patrimônio, construindo parcerias entre os lugares de memória e a escola, além de atribuir aos espaços não formais uma contribuição significativa na e para aprendizagem dos alunos. Assim, nós utilizamos a priori o espaço formal – a escola – como ponto de partida para nossas reflexões, uma vez que é a partir deste que pudemos observar práticas tímidas e tradicionais desenvolvidas no ensino de história relacionadas à Educação Patrimonial - os alunos continuam copiando a história, sem sentirem-se parte dela. A Educação Patrimonial além de ampliar o nível de consciência dos alunos no que se refere à preservação do patrimônio material, guarda legados imateriais que fazem parte da identidade cultural desses alunos.

Desta feita, analisamos que a escola é imprescindível para o desenvolvimento de atividades que corroborem para explorar esses espaços não formais enquanto fonte de conhecimento e espaço de formação cultural. O desafio maior encontrado para o desenvolvimento dessa temática foi perceber o grau de alienamento que se encontram os profissionais da educação, e conseqüentemente os alunos, quando falamos em uma proposta de Educação Patrimonial que ultrapasse os muros da escola. Não temos a pretensão de potencializar a visão linear da história através da Educação Patrimonial nem desconsiderar sua contribuição para construção da história, pelo contrário, pretendemos apenas propor um novo olhar que considere a diversidade cultural como representação da subjetividade dos sujeitos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERUTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e Aprender História**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CADERNOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO PIAUÍ. **Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba**. Teresina: Superintendência do Iphan no Piauí, 2010. 100p. v.2.

CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNAÍBA. **Bens Públicos de Parnaíba**. Teresina: IPHAN, 2008. 40p.

HELOÍSA, Luck. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos Teórico-Methodológicos**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. **Contribuições dos Espaços Não-Formais de Educação para a Formação da Cultura Científica**. Uberlândia, v. 7, p. 55-66, 2008. Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=ptBR&site=&source=hp&q=JACOBUCCI%2C+Daniela+Franco+Carvalho.+Contribui%C3%A7%C3%B5es+dos+Espa%C3%A7os+N%C3%A3o-Formais+de+Educa%C3%A7%C3%A3o>.

LEMOS, Inez. **Conhecimento, subjetividade e memória**. Belo Horizonte, 2002.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado. **Ensino de história e geografia**. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001.

PORTALIPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan>. Acessado em: 25/09/11.

SALTO PARA O FUTURO. **TV Escola: Espaços educativos e Ensino de História**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Vol. II.